

2020

Jair Bolsonaro e a Folha de São Paulo no atual bloco histórico: discursos e contrapontos sobre a questão ambiental no Brasil

Daiani Martins Machado

Kelen Koupak

Silmara Carneiro e Silva

Follow this and additional works at: <https://ro.uow.edu.au/gramsci>

Recommended Citation

Machado, Daiani Martins; Koupak, Kelen; and Carneiro e Silva, Silmara, Jair Bolsonaro e a Folha de São Paulo no atual bloco histórico: discursos e contrapontos sobre a questão ambiental no Brasil, *International Gramsci Journal*, 4(1), 2021, 95-126.

Available at: <https://ro.uow.edu.au/gramsci/vol4/iss1/7>

Jair Bolsonaro e a Folha de São Paulo no atual bloco histórico: discursos e contrapontos sobre a questão ambiental no Brasil

Abstract

O atual bloco histórico brasileiro tem apresentado um conjunto de elementos conjunturais que denotam a mudança de sua direção em favor da afirmação de forças neoconservadoras. Desse conjunto de elementos a atual configuração do governo brasileiro é uma de suas expressões. A atuação de Jair Bolsonaro em geral e, em especial no que tange à questão ambiental é um dos muitos destaques nesse quadro. Esta pauta tem impacto direto em várias áreas de atuação do Estado e nas suas relações com diferentes órgãos da sociedade seja a nível nacional, como internacional, obtendo relevante repercussão midiática. Diante deste quadro conjuntural, o objetivo do presente trabalho é analisar nas matérias produzidas pelo jornal Folha de São Paulo, contrapontos ao discurso neoconservador de Jair Bolsonaro proferido na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), no que se refere à questão ambiental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho analítico e exploratório. O artigo está estruturado em dois itens. No primeiro item, apresenta uma revisão de literatura sobre o conceito de Bloco Histórico, a partir de autores gramscianos em articulação com a produção recente do conhecimento sobre o governo. Ainda, identifica a adoção de uma agenda neoconservadora pelo representante do Executivo Federal. No segundo, apresenta uma análise dos contrapontos identificados, através do estudo exploratório, à luz dos conceitos teóricos abordados. Os resultados apontam que o Governo Bolsonaro se insere num bloco histórico regressivo no que tange a política ambiental.

The current Brazilian historical bloc has presented a set of conjunctural elements that denote the change of its direction in favor of the affirmation of neoconservative forces. From this set of elements the current configuration of the Brazilian government is one of its expressions. Jair Bolsonaro's performance in general and especially in relation to the environmental issue is one of the many highlights in this framework. This agenda has a direct impact on various areas of the State and its relations with different organs of society, both nationally and internationally, obtaining relevant media repercussions. Given this conjuncture, the objective of the present paper is to analyse, in the articles produced by the newspaper Folha de São Paulo, counterpoints to the neoconservative speech of Jair Bolsonaro delivered at the 74th United Nations General Assembly, regarding the environmental issue. This is a qualitative, analytical and exploratory research. The article is structured in two items. In the first item, it presents a literature review on the concept of the Historical Bloc, from Gramscian authors in articulation with the recent production of knowledge about the government. It also identifies the adoption of a neoconservative agenda by the Federal Executive representative. In the second, it presents an analysis of the counterpoints identified through the exploratory study, in the light of the theoretical concepts approached. The results show that the Bolsonaro Government is part of a regressive historical bloc regarding environmental policy.

Keywords

Bloco Histórico, Governo Bolsonaro, Folha de São Paulo, Questão Ambiental, Neoconservadorismo, Historical Bloc, Bolsonaro government, Newspaper, Environmental issue, Neoconservatism

Jair Bolsonaro e a Folha de São Paulo no atual bloco histórico: discursos e contrapontos sobre a questão ambiental no Brasil

Daiani Martins Machado, Kelen Koupak, Silmara Carneiro e Silva

1 Introdução

O Meio Ambiente está entre os principais assuntos pautados pelas nações devido a sua importância internacional. Todos são influenciados pelas mudanças climáticas, pela preservação da fauna e da flora, pela emissão de gases, entre outros temas que envolvem a discussão. Cada país possui sua própria política ambiental, e com o Brasil isso não seria diferente. No entanto, com a mudança do bloco histórico, de anos de governos progressistas e de esquerda para governos conservadores de direita, o cenário do Meio Ambiente também sofre influência e pode mudar, uma vez que a direção das forças políticas muda a depender do governo que se estabelece.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende apresentar o reflexo do pensamento político neoconservador do Governo Bolsonaro frente à questão ambiental, através de sua repercussão midiática no Jornal Folha de São Paulo, tomando como base os discursos de Jair Bolsonaro e seus contrapontos presentes nas matérias produzidas pelo respectivo jornal no período compreendido do início do mandato presidencial (01/01/2019) até a data do discurso do presidente na abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU, no dia 24 de setembro de 2019, em Nova York.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e analítico que se divide em duas partes principais. A primeira parte, de cunho bibliográfico, aborda o conceito gramsciano de Bloco Histórico (Portelli, 1977; Schlesener, 2007) e o conceito de Neoconservadorismo, trabalhado por Marina Lacerda (2019) a fim de relacioná-los com a atual conjuntura do governo brasileiro. A segunda parte, por sua vez, apresenta, como ponto de partida para a análise, o discurso de Jair Bolsonaro na ONU no que tange a questão ambiental seguido dos demais discursos do presidente e contrapontos identificados nas manchetes do Jornal Folha de São Paulo no período investigado.

Entende-se que a mídia representa um intelectual relevante no cenário abordado. Nesse sentido, a escolha o jornal Folha de São Paulo justifica-se, por sua postura contrária às ações do atual governo, contrapondo os discursos de Jair Bolsonaro com notícias, dados e demais discursos de oposição presentes na sociedade brasileira. A oposição do jornal a Folha São Paulo começou após Jair Bolsonaro afirmar, em outubro de 2018, que o respectivo jornal distribui fake news e que não teria mais recursos do Governo Federal. Posteriormente, Bolsonaro ameaçou cancelar todas as assinaturas da Folha São Paulo no governo - fato que se concretizou em novembro de 2019 - e boicotar os produtos que fossem anunciados pelo jornal (*Relembre série de ataques ...*, 2019). Considera-se, portanto, que o jornal Folha de São Paulo é o veículo adequado para a análise proposta neste artigo, não somente pela relevante repercussão da matéria no jornal, mas também por este cenário de tensão entre o governo e o respectivo jornal forjado por Bolsonaro através de seus discursos.

2. O Governo Bolsonaro à luz do conceito gramsciano de Bloco Histórico

A noção de bloco histórico em Gramsci tem como principal aspecto o estudo das relações entre estrutura e superestrutura. Com efeito, de acordo com Schlesener (2007, p. 27), no conceito de bloco histórico, Gramsci expressa “A reciprocidade e organicidade entre o estrutural e o superestrutural, o vínculo concreto entre ‘as forças materiais e as ideologias’, entre o ‘econômico-social e o ético-político em cada momento histórico’.”

A superestrutura do bloco histórico abrange duas esferas essenciais: a sociedade política, que abrange o aparelho do Estado e a sociedade civil, que compreende a maior parte da superestrutura (Portelli, 1977).

A sociedade civil é o “[...] conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’ [...] e que correspondem a função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade.” (Gramsci, 1982, p. 10-11; Gramsci 1975, Q12§1, p. 1518). Compõe-se pelo conjunto das organizações encarregadas da elaboração e difusão das ideologias, abrangendo os partidos políticos, as igrejas, os sindicatos, os meios de comunicação, etc. (Coutinho, 1992).

Portelli (1977) destaca que o campo da sociedade civil é muito extenso, sendo que sua vocação para dirigir todo o bloco histórico

requer uma adaptação de seu conteúdo, de acordo com as categorias sociais que atinge. Desse modo, para o autor, a sociedade civil pode ser concebida sob três aspectos que se complementam: 1) Como ideologia da classe dirigente, ela abarca todos os setores da ideologia, desde a arte até a ciência, passando pelo direito, a economia, etc; 2) Como concepção do mundo da classe dirigente, a ideologia difunde-se por toda a sociedade, de forma que não é homogênea, posto que a ideologia propagada nas classes sociais dirigentes é mais estruturada que a encontrada na cultura popular. Surge daí seus diferentes graus qualitativos em que na cúpula encontra-se a filosofia, como concepção de mundo mais elaborada; no nível mais baixo está o folclore e, entre esses dois graus extremos, situam-se o senso comum e a religião. Nesses termos, a esfera ideológica da sociedade civil espraia-se a todos os estratos sociais da estrutura do bloco histórico; 3) Como direção ideológica da sociedade, está articulada em três níveis: a ideologia propriamente dita; a estrutura ideológica, que reúne as organizações responsáveis por criar e difundir a ideologia; e o material ideológico, ou seja, os instrumentos de difusão da ideologia, a exemplo do sistema escolar, meios de comunicação de massa, bibliotecas, entre outros.

Já a sociedade política, “[...] que Gramsci opõe à sociedade civil no seio do bloco histórico” (Portelli, 1977, p. 32), é constituída pelo conjunto dos mecanismos por meio dos quais a classe dominante possui o monopólio legal da repressão e da violência, identificando-se com os aparelhos de coerção, sob comando das burocracias executivas e policial-militar. Enquanto na sociedade civil o exercício do poder ocorre através de uma relação de hegemonia, construída pela direção política e pelo consenso, na sociedade política o exercício do poder se dá por meio de uma ditadura, ou seja, de uma dominação por intermédio da coerção. (Coutinho, 1992).

Portelli (1977) destaca que como momento da superestrutura, a sociedade política define-se pelas circunstâncias em que é utilizada, sendo que Gramsci assinala duas: uma habitual, que refere-se ao controle dos grupos que não consentem aos objetivos da classe dirigente, de modo que esta se vale da coerção mais ou menos legal para assegurar sua dominação; a segunda circunstância é excepcional e temporária, tratando-se dos períodos de crise em que

a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e recorre a sociedade política para preservar sua dominação.

Embora trate da diversidade das duas esferas da superestrutura, Gramsci não deixa de lado seu momento unitário, na medida que entre essas esferas há somente uma distinção metodológica, pois na realidade elas se interrelacionam de forma dialética, já que “[...] a articulação de consenso e coerção garante a supremacia dum grupo sobre toda a sociedade e a verdadeira estruturação no poder.” (Semeraro, 1999, p. 74).

De fato, para Gramsci (1978, p. 276)

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também com a força armada; e é também dirigente dos grupos afins e aliados (Q19§24, p. 2010).

Além da superestrutura, o bloco histórico é composto também pela estrutura, definida como “[...] o conjunto das forças sociais e do mundo da produção. (Portelli, 1977, p. 52). De acordo com Gramsci (2007, p. 40): “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, tem-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção.”

Nesse sentido, Gramsci rejeita a redução da economia, ou seja, da estrutura, às reações técnicas de produção. Em sua concepção, a estrutura não se refere somente à mera esfera de produção de objetos materiais, “[...] mas é o modo pelo qual os homens estabelecem seu ‘metabolismo’ com a natureza e produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas sobretudo suas próprias relações sociais globais” (Coutinho, 2011, p. 116). Desse modo, para Gramsci a estrutura abrange o conjunto das relações sociais, a totalidade da vida social. Contudo, na visão do autor, a totalidade não se limita a ação recíproca de seus vários momentos, mas possui um momento predominante (Coutinho, 2011). Tal momento se materializa no fato de que “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 1999, p. 250; Q8§182, p. 1051).

Gramsci não atribui primazia a um ou outro elemento do bloco histórico, pois estrutura e superestrutura possuem igual importância, havendo entre essas esferas um vínculo orgânico e dialético. Com efeito, Portelli (1977, p. 66) salienta que o bloco histórico é formado por dois momentos igualmente determinantes:

[...] o momento estrutural, pois ele é a base que engendra diretamente a superestrutura, que no início é apenas o seu reflexo; durante o período considerado, a superestrutura só poderá desenvolver-se e agir entre limites estruturais bem precisos: assim, a estrutura influi, constantemente sobre a atividade estrutural. O momento ético-político desempenha de qualquer modo, em função dessa base, um papel motor. É ele que desenvolve a consciência de classe dos grupos sociais, que os organiza política e ideologicamente; no seio da superestrutura, então, desenrola-se o essencial do movimento histórico e a estrutura torna-se o instrumento da atividade superestrutural.

O vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura é realizado pelos intelectuais, os quais, segundo Portelli (1977, p. 105), constituem uma diferenciada camada social, “[...] ligada à estrutura – as classes fundamentais no domínio econômico - e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a uma classe que representam, homogeneidade e direção do Bloco Histórico.” Com efeito, para Gramsci, os grupos sociais criam seus intelectuais que lhe conferem “[...] homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.”

Assim, na concepção gramsciana os intelectuais possuem papel fundamental no exercício da hegemonia e da dominação, sendo que são funcionários das superestruturas, na medida em atuam na sociedade civil e na sociedade política:

Como elaboradores das ideologias, ao mesmo tempo que dão ao grupo que representam consciência de sua função histórica, conseguem o consentimento “espontâneo” das massas pela formação de uma concepção de mundo vivida no cotidiano e veiculada nas instituições da sociedade civil; como “comissários” da classe dominante, exercem uma atividade coercitiva e disciplinar dos mecanismos da sociedade política (Schlesener, 2007, p. 37-38).

Para Schlesener (2007), sob a perspectiva da hegemonia como correlação de forças e da luta por novas relações hegemônicas, a ação dos intelectuais é fundamental, tanto para as classes dominantes, no sentido de legitimar a ordem social instituída,

quanto para as classes dominadas, pela necessidade de acabar com as divisões sociais e unir as forças populares para lutar por uma nova ordem social. É no contexto das relações hegemônicas que se formam os intelectuais orgânicos, que agem em prol do grupo social ao qual se encontram vinculados.

Portanto, o bloco histórico é um conceito essencial do pensamento gramsciano, pois é no seio desse bloco, formado pela estrutura e pelas superestruturas, que se evidenciam as relações de hegemonia, os instrumentos de dominação e direção exercidos por uma classe social sobre o restante da sociedade em determinado contexto histórico, assim como se explicita o papel dos intelectuais como organizadores da hegemonia social. (Schlesener, 2007).

O bloco histórico pode ser regressivo ou progressivo, dependendo da direção que toma o movimento de revolução passiva (Silva, 2017). Tal revolução caracteriza-se por ser realizada não de baixo para cima, ou seja, pelas classes populares, mas pelo contrário, acontece pelo alto, originando-se na camada superior. (Flach, 2018). Trata-se de uma revolução na qual “[...] os principais sujeitos históricos são excluídos do processo e cooptados pela hegemonia de classes totalmente alheias aos seus interesses.” (Simionatto, 1997, s/p).

O processo de revolução passiva é marcado pela existência de dois momentos: o da restauração, que se refere a uma reação contra a possibilidade de uma transformação radical de baixo para cima e o da renovação, o qual significa que a classe dominante incorpora muitas das demandas populares. (Coutinho, 1992). Nesse aspecto, a revolução passiva apresenta pontos de mudança, mas não de transformação efetiva, sendo na realidade “[...] expressão de movimentos de transição e não de revoluções” (Silva, 2018), em que a classe dominante atende a algumas pautas da classe dominada, mas mantém sua posição como classe hegemônica, perpetuando sua ideologia.

Nesse processo da revolução passiva no âmbito dos blocos históricos, assumem papel relevante os partidos políticos, enquanto intelectuais portadores de suas concepções de mundo, ou seja, de suas próprias ideologias. Assim, aponta Gramsci (1999, p. 105):

[...] sublinhar a importância e o significado que tem os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas,

isto é, em que funcionam quase como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções (Q11§12, p. 1387).

Os partidos políticos como intelectuais atuantes no seio do bloco histórico, possuem as condições “[...] tanto para empreender esforços regressivos, totalitários, como para destravar os bloqueios empreendidos pelo Estado burguês e ativar intelectualidades progressistas, na direção do Estado Integral” (Silva, 2017, p. 8).

No Brasil, país caracterizado como “[...] o lugar por excelência da revolução passiva” (Vianna, 1998, p. 186), vivencia-se um bloco histórico regressivo, o qual tem início com o impeachment sofrido pela Presidente Dilma Rousseff em 2016, passando pelo governo de Michel Temer e intensifica-se com a ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo de representante do Executivo Federal, bem como diante da ideologia do Partido Social Liberal (PSL), pelo qual foi eleito. Referido partido defende uma concepção de mundo conservadora e reacionária, servindo para bloquear processos de transformação progressistas.

Com efeito, diante do desgaste do governo do Partido dos Trabalhadores que permaneceu no poder, no âmbito do governo federal, durante 13 anos e da insatisfação com a situação econômico-social do país, o líder político Jair Bolsonaro da extrema direita, mesmo tendo como principais pautas de sua campanha um discurso do ódio às esquerdas, o desrespeito às diversidades, o racismo e a negação dos direitos humanos, conquista a simpatia de grande parte do eleitorado, vencendo o pleito presidencial em 2018.

Nesse cenário, Bolsonaro reatualiza o conservadorismo brasileiro e inicia uma fase de autoritarismo sem precedentes na história do país (Lacerda, 2019). Desse modo, o novo Presidente da República representa uma peça da política bonapartista do direitismo no Brasil. De fato, assim como Luís Bonaparte, retratado na obra de Marx “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, que foi eleito Presidente da França em 1848, conduziu seu governo de forma autoritária, centralizada e utilizando-se do aparato militar, também Jair Bolsonaro governa nos mesmos moldes.

O presidente vive amparado num quadro que faz lembrar uma espécie de bonapartismo – cercado por uma paliçada, o exército e seus generais a lhe dar ordens [...]. São oito ministros e uma centena de outros militares em escalões

logo abaixo.¹ Um domínio político mantido, sustentado pela farda – o pedido de intervenção militar foi atendido, de alguma forma, e garantido pela eleição. Governo sob tutela militar (José, 2019, p. 57).

Para Lacerda (2019, p. 29) o atual governo faz-se valer do neoconservadorismo como agenda, o qual consiste em “[...] um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução dos valores cristãos”.

A ideologia conservadora surge em decorrência de uma situação histórica em que um determinado desafio se opõe às instituições estabelecidas, ou seja, quando forças sociais desafiam a ordem já estabelecida e ganham relevância a ponto de apresentarem algum perigo eminente. O neoconservadorismo, por sua vez, possui a visão conservadora do pessimismo na mudança social, preservando a ordem em um contexto de ameaça específica proveniente de políticas capazes de reduzir a desigualdade, bem-estar social, movimentos feministas e LGBT. Assim, o neoconservadorismo tem como temas centrais: defesa da família patriarcal, sionismo, anticomunismo, militarismo, idealismo punitivo e neoliberalismo. Tendo como um dos principais atores a direita cristã, a defesa da família patriarcal atua tanto no cultivo da família tradicional – procurando restaurar a legalidade na discriminação contra a comunidade LGBT – como na masculinidade e repressão ao feminismo. Esta mesma direita cristã também apoia o governo israelense, promovendo uma relação simbiótica em decorrência da conexão entre judeus e evangélicos com o Velho Testamento. Quanto ao militarismo e ao idealismo punitivo, o primeiro defende a intervenção militar, e o segundo impõe o rigor penal, uso austero do poder coercitivo do Estado com o intuito de promover a ordem contra a criminalidade, bem como a posse de armas para a autodefesa dos indivíduos de bem. Por fim, o neoliberalismo, refere-se a teoria política econômica que visa a proteção do livre mercado e da propriedade privada com a mínima intervenção do Estado (Lacerda, 2019). De acordo com Lacerda (2019, p. 51):

¹Levantamento realizado pela Folha de São Paulo através de informações obtidas por meio de pedidos da Lei de Acesso à Informação, constatou que apenas em seus primeiros nove meses na Presidência, Jair Bolsonaro já havia ampliado em ao menos 325 postos o número de militares, sendo que além dele, capitão reformado, do vice general Hamilton Mourão, e de 8 de seus 22 ministros, haviam pelo menos 2.500 militares em cargos de chefia ou assessoramento na administração federal (Mattoso; Bragon, 2019).

O neoliberalismo transforma, [...], problemas coletivos em problemas individuais com soluções de mercado e defende o estatismo no modelo de empresa, em que normas democráticas são substituídas por critérios de eficiência e lucro. O neoconservadorismo, em compensação, prepara o terreno para as características autoritárias da governança neoliberal, porque o discurso político-religioso permite, [...], mobilizar uma cidadania submissa.

Nesse contexto, o governo Bolsonaro insere-se num bloco histórico caracterizado por medidas regressivas. Mascaro (2019) aponta que devido ao aumento da exploração do capital sobre a classe trabalhadora, Temer oportunizou uma regressão econômica e social. Tal situação também se verifica com Bolsonaro, mas em seu governo há uma ampliação de regressões que passam a abarcar as matérias civis e se caracterizam por um maior desmonte institucional.

A precarização crescente do Estado e das políticas de proteção social em favor da lógica do mercado, bem como o desmonte na educação, na saúde na proteção do meio ambiente e o ataque ao próprio estado democrático de direito, exemplificam o cenário regressivo no qual se encontra o Brasil. Consoante Leite, Tubino e Sauer (2019), a ascensão de Bolsonaro à Presidência da República, significa a vitória da agenda econômica ultra privatista, havendo uma diminuição ou mesmo destruição total da capacidade do Estado de investir na promoção do desenvolvimento. Ademais, os autores apontam que tendo como base um fundamentalismo religioso e conservadorismo sociocultural, o governo Bolsonaro representa a “[...] criminalização das lutas populares, esvaziamento dos direitos sociais e abominação das forças progressistas [...]” (Leite, Tubino e Sauer, 2019, p. 172).

Retomando a atuação dos intelectuais no âmbito do bloco histórico, importa destacar que a mídia também assume um papel de intelectual que se encontra inscrito na correlação de forças políticas modernas, sendo que desempenhou função decisiva para a elevação de Jair Bolsonaro à Presidência da República e continua exercendo forte influência em seu governo, como tensionadora de discursos e ideologias.

Tomando por base esse panorama recente do bloco histórico no qual está inserido o Brasil, o próximo item apresenta uma abordagem sobre a questão ambiental no governo Bolsonaro a

partir de seu discurso na ONU, identificando-se nas matérias produzidas pela Folha de São Paulo contrapontos a tal discurso.

3. O Discurso de Jair Bolsonaro na ONU e o pensamento neoconservador de seu governo: a questão ambiental em foco no Jornal Folha de São Paulo

Entre as questões que assolam o mundo moderno estão as climáticas. De acordo com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, a paz está diretamente ligada ao planeta e as mudanças climáticas, acarretada pela falta de cuidados do ser humano, são uma ameaça para a segurança internacional (ONU, 2019). Para Guterres (ONU, 2019a), os jovens devem cobrar dos líderes de seus países ações concretas em um trabalho conjunto para garantir um planeta próspero e seguro. Assim, a pauta do meio ambiente está em discussão entre chefes de Estado, reuniões e conferências importantes entre figuras de relevância no mundo, como a Reunião de Alto Nível sobre Clima e Desenvolvimento Sustentável para Todos, o Fórum Político de Alto Nível da ONU e a Cúpula do Clima (ONU, 2019b).

A Cúpula do Clima de 2019, que aconteceu em Nova York, Estados Unidos, entre os dias 21 a 23 de setembro, contou com a presença de diversos chefes de Estado, porém Jair Bolsonaro não compareceu, sendo que o representante brasileiro foi o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Tal fato ocorreu porque o Brasil não teve direito de fala na Cúpula em decorrência de falta de metas ambiciosas para a contenção do aquecimento global e planos para aumentar o compromisso do país com o meio ambiente (Antes..., 2019). Márcio Astrini, coordenador de políticas públicas do Greenpace, declarou ao jornal O Globo (2019, s/p) que as ações do governo são constrangedoras, perdendo o protagonismo em discussões internacionais que um dia já existiu:

E isso acontece por uma escolha do governo, o que, além de nos tirar a boa imagem que tínhamos, traz prejuízos econômicos (como impactos em acordos comerciais por conta do discurso e de ações do governo sobre a Amazônia, principalmente) – diz ele. - Percebemos dois movimentos no governo, que também está vendo estes efeitos: de tentar arrumar um culpado e não assumir a responsabilidade, como o que ocorreu quando acusaram ONGs de atear fogo na floresta, e uma campanha para tentar salvar sua imagem. O governo prefere salvar a própria imagem à floresta.

O Governo Bolsonaro, logo após vencer as eleições presidenciais em 2018, declarou que colocaria um fim na chamada “velha política”, enxugando ministérios e retirando cargos daqueles que não confiava. Um dos ministérios era o do Meio Ambiente, que seria transformado em uma pasta dentro do Ministério da Agricultura. Porém, tal medida repercutiu de maneira negativa – nacional e internacionalmente - o que fez com que o governo voltasse atrás (Tuffani, 2019) E, para assumir o ministério, foi escolhido o advogado Ricardo Salles, formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Nem todos ficaram satisfeitos com a escolha, especialmente pesquisadores e ambientalistas, que afirmaram que Salles não possui compromisso com a bioecologia, com a educação ambiental e com a conservação na natureza (Barbosa, 2019). O ministro havia sido secretário do Meio Ambiente de São Paulo entre julho de 2016 e agosto de 2017, tendo deixado o cargo devido a desgastes por inquéritos de improbidade administrativa. Em um deles foi acusado e já condenado em primeira instância por cometer fraude na elaboração do plano de manejo da Área de Preservação Permanente da Várzea do Rio Tietê, com o objetivo de favorecer empresas de mineração (Amaral, 2019). Por outro lado, Salles possui apoio da Sociedade Rural Brasileira, a qual acredita que o ministro pode trazer eficiência e modernidade (Barbosa, 2019). Pode-se avaliar a escolha de Salles para o Ministério do Meio Ambiente como um ato que demonstra os interesses do governo Bolsonaro em favorecer o agronegócio em detrimento das políticas ambientais, marcando a fase regressiva no atual bloco histórico.

Em menos de um ano, o Governo Bolsonaro foi destaque na pauta ambiental devido a diversas medidas e acontecimentos que marcaram a história do país a nível mundial. É possível listar alguns como: o desastre ambiental de Brumadinho/MG, exoneração de superintendentes do Ibama, não realização da Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas no país, redução do número de cadeiras destinadas para a sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente, liberação de mais de 230 agrotóxicos e queimadas na Amazônia (Guerra, 2019). A fiscalização ambiental também sofreu retrocessos no atual governo:

De janeiro a maio, o número de multas aplicadas pelo Ibama por desmatamento ilegal foi o mais baixo em 11 anos. A queda foi de 34%. Em

diferentes situações, a fiscalização vem sendo desprestigiada pelo governo. Em atendimento a um pedido do presidente Jair Bolsonaro, Ricardo Salles recriminou publicamente fiscais que destruíram equipamentos usados por criminosos para retirar madeira ilegal de uma Unidade de Conservação no Pará, apesar de um decreto federal autorizar esse procedimento em certas situações. [...]. Outra novidade que favorece o infrator é o decreto que criou os chamados “núcleos de conciliação”, que vão analisar as multas ambientais aplicadas pelos fiscais em todo o Brasil, mesmo que os infratores não reclamem do procedimento. (Trigueiro, 2019, s/p)

Observa-se que os atos do Governo Bolsonaro com relação as questões ambientais entram em choque com as práticas progressistas que vinham sendo aplicadas no país nos últimos anos. Assim, verifica-se que o atual bloco histórico no qual o Brasil se insere neste governo prioriza questões outras, com atores que compartilham da premissa do capital e de interesses particulares em detrimento do meio ambiente. Nota-se, considerando a função que exerce no Governo Bolsonaro que se trata de um intelectual a serviço dos interesses da base ruralista brasileira. E que, portanto, no atual bloco histórico, tem por função fazer a administração burocrática da política ambiental, que nos moldes bolsonarianos, atende a agenda do agronegócio. Esta posição tem sido rebatida internamente por diversos atores que compõem as frentes de resistência ao agronegócio no país e estes rebatimentos têm encontrado eco na mídia hegemônica nacional. No que se refere à questão do meio ambiente, objeto deste estudo, a Folha de São Paulo, em especial tem efetivado esta posição de contraponto ao discurso governista. A Folha tem deflagrado e dado ampla divulgação às ações e discursos de Bolsonaro e de representantes de seu governo que, *per sí*, revelam as contradições a seu discurso na Assembleia Geral da ONU.

Como dito anteriormente, Bolsonaro não compareceu na Cúpula do Clima de 2019, no entanto, discursou, no dia 24 de setembro, na 74ª Assembleia Geral da ONU, que ocorreu após a Cúpula também em Nova York. No discurso, que durou aproximadamente 30 minutos, Bolsonaro atacou a mídia – nacional e internacional -, o comunismo e abordou diferentes assuntos com o intuito de defender sua postura e as ações de seu governo. O presente trabalho, como mencionado na introdução, apresentará apenas os pontos do discurso em que Bolsonaro tratou do meio ambiente, contrapondo-os as manchetes do jornal Folha de São Paulo

selecionadas a partir do dia 1º de janeiro – primeiro dia do Governo Bolsonaro - até o dia 24 de setembro – data do discurso na Assembleia Geral da ONU. Optou-se que a apresentação do discurso e as respectivas manchetes fosse feita por meio de quadros, com o intuito de facilitar a visualização e análise.

Quadro 1 - *Discurso de Bolsonaro na ONU sobre seu compromisso com o meio ambiente e seus contrapontos nas manchetes da Folha de São Paulo no período de janeiro de 2019 a setembro de 2019*

Fragmentos do Discurso de Bolsonaro na ONU
<ol style="list-style-type: none">1. “Senhorita YSANI KALAPALO, agora vamos falar de Amazônia”2. “Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo.”
Manchetes da Folha de São Paulo
<ol style="list-style-type: none">1. Governo confirma indígena em comitiva de Bolsonaro na ONU (Ed. de 22 set. 2019).2. Salles contraria Ministério Público Federal e volta a criticar Ibama e ICMBio (Ed. de 09 set. 2019).3. Ricardo Salles exonera 21 dos 27 superintendentes regionais do Ibama (Ed. de 28 fev. 2019).4. Ministério do Meio Ambiente perde serviço florestal para a Agricultura (Ed. de 02 jan. 2019).5. Ministério do Meio Ambiente impõe mordida ao Ibama (Ed. de 13 mar. 2019).6. Veja 10 ações do governo Bolsonaro no desmonte da política ambiental. (Ed. de 01 set. 2019).7. Salles foca agenda no agronegócio e deixa ambientalistas de lado (Ed. 01 set. 2019).8. Apelidado de 06, secretário da Pesca critica onda verde e é fã de Bolsonaro (Ed. de 18 ago. 2019).9. Amazônia precisa de 'soluções capitalistas', diz ministro do Meio Ambiente (Ed. de 15 ago. 2019).10. Bolsonaro sugere fazer cocô dia sim, dia não para preservar o ambiente (Ed. de 09 ago. 2019).

11. Registro de agrotóxicos no Brasil cresce e atinge maior marca em 2018 (Ed. de 04 mar. 2019).
12. Laudo mostra que agrotóxicos causaram morte de milhões de abelhas (Ed. de 24 jul. 2019)
13. Ministério do Meio Ambiente vai enxugar área de mudanças climáticas (Ed. de 04 jan. 2019).
14. Em carta a Bolsonaro, lideranças indígenas pedem diálogo e criticam medidas (Ed. de 04 jan. 2019)
15. Bolsonaro concorda com atitude que gerou minha condenação, diz Ricardo Salles (Ed. de 16 jan. 2019).
16. Tereza Cristina anuncia que ruralista comandará Serviço Florestal Brasileiro (Ed. de 16 jan. 2019).
17. Futuro secretário do Ecoturismo foi multado por descumprir regras de turismo sustentável (Ed. de 24 jan. 2019).
18. Chefe de unidade que multou secretário do Ecoturismo é exonerado (Ed. de 31 jan. 2019).
19. Bolsonaro critica diretor do Inpe por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' nome do Brasil (Ed. de 19 jul. 2019).
20. Diretor do Inpe será exonerado após críticas do governo a dados de desmate (Ed. de 02 ago. 2019).
21. Filha de Chico Mendes chama Salles de "ministro da mineração" e defende legado do pai (Ed. de 20 fev. 2019).
22. Ministro do Meio Ambiente quer núcleo com poder de anular multas do Ibama (Ed. de 26 fev. 2019).
23. Presidente do ICMBio pede demissão após ameaça de Salles de investigar agentes (Ed. de 15 abr. 2019).
24. Governo deve reeditar medida provisória que flexibiliza Código Florestal (Ed. de 04 jun. 2019).
25. Projetos que visam a aumentar proteção à Amazônia estão parados no Congresso (Ed. de 02 set. 2019).
26. Bolsonaro diz que discute com governadores revisão de áreas de preservação (Ed. de 11 jul. 2019).
27. Decisões da gestão Bolsonaro fragilizam controle ambiental (Ed. de 26 ago. 2019).
28. Fala de Bolsonaro confirma indiferença do governo pelo meio ambiente (Ed. de 22 ago. 2019).

29. Queimadas disparam, mas multas do Ibama despençam sob Bolsonaro (Ed. de 24 ago. 2019).

30. Ministro contraria órgão ambiental e promete voo noturno e pesca de sardinha em Noronha (Ed. de 19 jul. 2019).

31. Bolsonaro quer alterar área de proteção onde foi multado e criar ‘Cancún brasileira’ (Ed. de 08 maio. 2019).

32. Chefe do ICMBio transfere especialista em golfinhos de Noronha para sertão de Pernambuco (Ed. de 04 ago. 2019).

33. Bolsonaro sempre sinalizou que afrouxaria a preservação ambiental (Ed. de 01 set. 2019).

34. PGR recebe representação contra Salles por reduzir fiscalização na Amazônia (Ed. de 20 ago. 2019)

35. Governo trava 38% do orçamento de monitoramento de florestas do Inpe (Ed. de 06 set. 2019).

Fonte: ESTADÃO. *Discurso de Jair Bolsonaro na ONU. 24/09/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>. Acesso em: 10 nov. 2019.*

Fonte: *Jornal Folha de São Paulo.*

Org.: *as autoras.*

Bolsonaro inicia o discurso supracitado citando Ysani Kalapalo, uma indígena que, conforme declara a manchete, foi convidada para participar da comitiva brasileira que estaria na Assembleia Geral da ONU, e realmente estava presente na ocasião. E, assim, Bolsonaro pontua que o seu governo possui o compromisso com a preservação do meio ambiente.

Como primeiro passo, Bolsonaro pretendia acabar com o Ministério do Meio Ambiente, como já mencionado, para transformá-lo em uma secretaria do Ministério da Agricultura (Tuffani, 2019). Devido às reações negativas manteve o Ministério, mas enfraqueceu suas competências, retirando-lhe determinados órgãos ou mesmo extinguindo-os. As notícias da Folha de São Paulo dão conta de que houve a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas, bem como que o governo transferiu o Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura e a Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Ou seja, essas unidades foram transferidas para ministérios que, pelo próprio caráter, impactam na preservação do meio ambiente.

Outra medida, refere-se a nomeação de pessoas descomprometidas com o meio ambiente para ocupar pastas ambientais, podendo-se destacar, de acordo com as manchetes da Folha de São Paulo, a nomeação de Ricardo Salles para Ministro do Meio Ambiente, que como já explanado, quando era secretário do meio ambiente em São Paulo, foi acusado pelo Ministério Público de praticar fraude em prejuízo do meio ambiente e em defesa de mineradoras tendo sido, inclusive, condenado em primeira instância por esse fato. Além disso, o ministro se alinha mais aos interesses do agronegócio do que ao setor ambiental. Outras indicações de Bolsonaro, conforme aponta a Folha de São Paulo, são a do ex-deputado federal Valdir Collato, integrante da bancada ruralista, para comandar o Serviço Florestal Brasileiro. O ex-deputado é autor de projetos que alteram a demarcação de terras indígenas e regulamentam caça de animais silvestres. Ainda, para a Secretaria do Ecoturismo, foi indicado um secretário crítico da onda verde e que já foi multado por descumprimento de regras de turismo sustentável.

Ademais, contrariando a afirmação do Presidente de que seu governo possui um compromisso com a preservação do meio ambiente, estão as notícias da Folha de São Paulo que indicam a crítica e perseguição do próprio governo a órgãos e fiscais ambientais.

Também se revelam inúmeras as ações diretas do Governo que atacam a preservação do meio ambiente, como o aumento do número de agrotóxicos liberados, a intenção de flexibilizar o Código Florestal, a revisão de áreas de preservação, a fragilização do controle ambiental e o corte de orçamento direcionado ao monitoramento de florestas, para citar aqui apenas algumas das medidas apontadas pela Folha de São Paulo, conforme quadro acima. Assim, fica claro que as ações do Governo Bolsonaro na política ambiental caracterizam um bloco histórico regressivo, significando um retrocesso em relação a muitos dos avanços já conquistados no sentido da preservação do meio ambiente. Ainda, demonstra o interesse capitalista em detrimento da preservação ambiental, favorecendo, no caso em questão, a bancada ruralista do governo. Isto posto, o neoliberalismo presente no neoconservadorismo proposto pelo Governo Bolsonaro se fortalece.

Criticado internamente pelo desdém e ataque às comunidades indígenas e quilombolas, a participação de uma indígena na comitiva, claramente, demonstrou uma preocupação do governo em tentar reverter sua imagem em relação a sua posição e relação com os povos tradicionais. Trata-se de uma estratégia para costurar, à sua maneira, a estrutura e a superestrutura. Neste sentido, conforme Portelli (1977) podemos dizer que Bolsonaro tenta reverter, ideologicamente, a impressão da direção regressiva adotada pelo seu governo em face do atual bloco histórico. Tal como se verifica esta é a finalidade daquele que tem como função recíproca de dar a direção material do bloco em favor das elites dirigentes, sem romper com a face consensual da hegemonia ao se mostrar atento às necessidades dos grupos dominados. (Simionatto, 1997). Preposto de Bolsonaro e de sua base econômica, Ricardo Salles, ocupando-se de poderes próprios da sociedade política, age diligentemente adotando diversas medidas de afastamento de diversos intelectuais que por serem defensores do meio ambiente, são exonerados ou transferidos, à exemplo do Diretor do ICMBio e do caso do técnico em Golfinhos que foi transferido de Noronha para Pernambuco. Bolsonaro ainda tratou de expandir a direção regressiva na política ambiental ao nomear uma ruralista para a pasta da agricultura.

Assim ficou evidente através dos conteúdos das manchetes, o destaque dado pela Folha de São Paulo a um movimento de brusca mudança no quadro de intelectuais inscritos na sociedade política para a área ambiental brasileira, o que se impõe devido a mudança de direção política e econômica empreendida pelo Governo Bolsonaro, numa perspectiva regressiva. Basta verificar as medidas político-administrativas pretendidas e ou realizados pelo governo, durante o período analisado. A mudança mencionada no quadro de intelectuais revelou os interesses e demandas do governo para atender aos grupos privados que o apoiaram e têm em Bolsonaro seu preposto político para o domínio/direção dos demais grupos, seja de outros subgrupos dominantes que não se constituem base do governo por não serem beneficiados diretamente por sua plataforma governista seja dos grupos dominados, por que subalternos.

Quadro 2 – *Discurso de Bolsonaro na ONU sobre o atual estado da Amazônia brasileira e seus contrapontos nas manchetes da Folha de São Paulo no período de janeiro de 2019 a setembro de 2019*

Fragmento do Discurso de Bolsonaro na ONU
<p>1. O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade e riquezas minerais. Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente.</p>
Manchetes da Folha de São Paulo
<p>1. No Amapá, Bolsonaro defende explorar Amazônia e reserva mineral (Ed. de 12 abr. 2019).</p> <p>2. Desmatamento na Amazônia em julho cresce 278% em relação ao mesmo mês em 2018 (Ed. de 06 ago. 2019).</p> <p>3. Desmatamento na Amazônia em agosto cresce 222% em relação ao mesmo mês de 2018 (Ed. de 08 set. 2019).</p> <p>4. Incêndios na Amazônia são uma situação urgente', diz porta-voz de Merkel (Ed. de 23 de ago. 2019).</p> <p>5. Queimadas na Amazônia acenam Governo Bolsonaro e criam embate com Macron (Ed. de 22 ago. 2019).</p> <p>6. Após Macron, primeiro-ministro do Canadá diz que é preciso agir pela Amazônia (Ed. de 23 ago. 2019).</p> <p>7. Peru decreta estado de alerta por incêndios na Amazônia brasileira (Ed. de 22 ago. 2019).</p> <p>8. Trump oferece ajuda para conter queimadas no Brasil, e país costura também apoio israelense (Ed. de 23 ago. 2019).</p> <p>9. Empresas e agronegócio reagem com temor diante de polêmica ambiental na Amazônia (Ed. de 23 ago. 2019).</p> <p>10. Manifestantes vão às ruas contra política ambiental de Bolsonaro e queimadas na Amazônia (Ed. de 23/08/2019).</p> <p>11. ONGs europeias organizam protestos pela Amazônia em frente a embaixadas brasileiras (Ed. de 22 ago. 2019).</p> <p>12. Sem provas, Bolsonaro diz que queimadas podem ter sido provocadas por ONGs (Ed. de 21 ago. 2019).</p>

13. Circular diplomática sobre meio ambiente critica ONGs e Fundo Amazônia (Ed. de 21 ago. 2019).

14. Bolsonaro mira no Exército para conter queimadas na Amazônia, mas reclama de falta de recurso (Ed. de 23 ago. 2019).

15. Noruega irá bloquear verba para o Fundo Amazônia (Ed. de 15 ago. 2019).

16. Após Fundo Amazônia, país pode perder bilhões sem ação ambiental (Ed. de 25 ago. 2019).

17. Por aumento de desmate, Alemanha suspende parte de verba que iria para a Amazônia (Ed. de 10 ago. 2019).

Fonte: ESTADÃO. Discurso de Jair Bolsonaro na ONU. 24/09/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

Org.: as autoras.

Insistindo no fato de que seu país protege o meio ambiente, Bolsonaro afirma que a Amazônia permanece praticamente intocada. Entretanto, de acordo com as manchetes acima não é isso o que se verifica, pois na realidade o que houve foi um aumento do desmatamento na Amazônia neste ano de 2019. Mesmo depois de toda a repercussão nacional e internacional das queimadas na Amazônia, Bolsonaro afirma em seu discurso algo evidentemente falacioso, inclusive aos olhos do mundo. Esse comportamento objetiva a face ideológica de seu governo, ideologia vista aqui como falsificação/mistificação da realidade.

Com efeito, as queimadas na Amazônia geraram protestos, reações de diferentes países e até mesmo de empresas e associações do agronegócio que reagiram com temor diante da possibilidade de fechamento de mercados e desvalorização de produtos brasileiros no exterior, devido a política de desvalorização da questão ambiental assumida pelo governo. Sem levar em consideração a dinâmica do mercado mundial, a despeito de seu discurso, verifica-se nas manchetes analisadas que Bolsonaro põe em risco até mesmo os interesses do agronegócio. Em detrimento da postura regressiva de sua base de apoio, entre os grupos de direita da sociedade civil, a dinâmica do mercado mundial requer racionalidade na governança, questão esta, que por vezes, se apresenta como ponto fraco quando a estratégia política do presidente é mistificadora da realidade e centrada na governabilidade.

Conforme as notícias da Folha de São Paulo, frente a crise ambiental na Amazônia, o que o Presidente da República fez foi acusar ONGs de terem provocado as queimadas e alegar falta de recursos para combater os incêndios. Nesse ponto, importa ressaltar que com sua política de ataque ao meio ambiente, Bolsonaro conseguiu minar o Fundo Amazônia que, justamente, recebia recursos da Noruega e da Alemanha para serem utilizados em iniciativas de combate ao desmatamento na região amazônica. Novamente, evidencia-se as forças regressivas do governo atuando no atual bloco histórico, cuja questão ambiental foi foco importante da conjuntura analisada. Ficou evidente, no período analisado, que as relações do governo com diferentes sujeitos da sociedade civil, ONGs nacionais e internacionais e a relação com outros governos foram abaladas, devido a postura regressiva de Bolsonaro. As reações dos governos da França, da Noruega e da Alemanha, demonstram objetivamente a reprovação de suas autoridades às ações do governo Bolsonaro. E outras autoridades como o Primeiro Ministro do Canadá se manifesta apontando a necessidade de redirecionar as ações pela Amazônia, no sentido de sua proteção. Países conservadores como EUA e Israel aparecem no cenário, demonstrando apoio ao governo para tomar alguma atitude diante da questão das queimadas. Nota-se que as forças políticas conservadoras são aquelas que se apresentam como parceiros do governo, em primeira instância. Conquanto, nem mesmo estes países negam a condição de risco da Amazônia. Considerando o apontado por Lacerda (2019) infere-se que esta postura de rearranjos colaborativos com países como o EUA e Israel pode significar a preparação do terreno para o autoritarismo próprio de uma governança neoliberal. O discurso político-religioso do governo em relação a Israel, por exemplo, permite, no dizer de Lacerda (2019), mobilizar uma cidadania submissa. A falta de condições para o diálogo diplomático com forças políticas nacionais e internacionais divergentes porque progressistas no cenário, revela o teor autoritário, regressivo e reacionário do governo que reedita o conservadorismo, na sua pior expressão, quando nega o presente e as possibilidades de mudança futura pelo apego a elementos de uma convicção política, econômica, cultural e religiosa desprovida de compromisso com a realidade.

A costura de relações do governo com outras forças políticas estatais e da sociedade civil constitui um movimento de bloqueio das forças de transformação, mediante ações regressivas no sentido do direito e da cidadania. Um bloco histórico regressivo é resultado de uma articulação entre as forças estruturais e superestruturais conservadoras, visando o bloqueio das possibilidades de transformação e do retrocesso das condições políticas que sustentam a democracia, a diplomacia e a racionalidade públicas em favor de mudanças na correlação de forças, em seus diferentes níveis, sociais, políticas e militares numa direção de elevação ético-política (Gramsci, 2007).

Quadro 3 – *Discurso de Bolsonaro na ONU sobre as queimadas na Amazônia brasileira e seus contrapontos nas manchetes da Folha de São Paulo no período de janeiro de 2019 a setembro de 2019*

Fragmento do Discurso de Bolsonaro na ONU
1. Nesta época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência.
Manchetes da Folha de São Paulo
1. Incêndios na Amazônia estão concentrados em propriedades privadas (Ed. de 04 set. 2019). 2. Índios lamentam fim de brigadas de incêndio em aldeia em Mato Grosso (Ed. de 03 set. 2019).

Fonte: ESTADÃO. *Discurso de Jair Bolsonaro na ONU*. 24/09/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>. Acesso em: 10 set. 2019.

Fonte: *Jornal Folha de São Paulo*.

Org.: *As autoras*.

Mais uma vez, tentando se desincumbir de qualquer responsabilidade sobre o aumento das queimadas na Amazônia, Bolsonaro coloca a culpa nos próprios indígenas, alegando que a prática de queimadas faz parte de sua cultura. O ataque aos subalternos, é estratégia de domínio. É violência. E representa a face perversa do governante ao se utilizar da dimensão coercitiva do

Estado. Consensos privados para equalizar os interesses estruturais e violência para suprimir os interesses das classes subalternas. Domínio e direção são as duas dimensões do Estado e objetivam os movimentos dos grupos dirigentes na sua articulação com a sociedade política e demais grupos da sociedade civil. Portanto, são expressões da hegemonia (Gramsci, 1982).

De acordo com a matéria da Folha de São Paulo, os incêndios se concentram nas propriedades privadas e as terras indígenas haviam sido as que menos tinham sofrido com focos de fogo. Além disso, os indígenas também se revoltam com as medidas anti-ambientais do atual governo federal, se lamentando, por exemplo, diante do fim das brigadas de incêndio em aldeias, sendo que com o apoio delas é que eles evitavam que os incêndios em seu território adquirissem grandes proporções (Arini, 2019). A pesquisa, ao apontar os focos de incêndio nas propriedades privadas, faz refletir sobre as características do neoliberalismo com relação ao uso das propriedades por seus respectivos donos, sem a intervenção ou nesse caso sem a fiscalização devida por parte do Estado, uma vez que existem leis específicas sobre a questão.

Quadro 4 – *Discurso de Bolsonaro na ONU sobre o suposto ataque à soberania brasileira por parte da mídia internacional e contrapontos nas manchetes da Folha de São Paulo no período de janeiro de 2019 a setembro de 2019.*

Fragmento do Discurso de Bolsonaro na ONU
--

<p>1. Problemas qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram nosso sentimento patriótico. É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo. Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania! Um deles por ocasião do encontro do G7 ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir. Agradeço àqueles que não aceitaram levar adiante</p>
--

essa absurda proposta. Em especial, ao Presidente Donald Trump, que bem sintetizou o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós.

Manchetes da Folha de São Paulo

1. Bolsonaro acusa Macron de colonialismo após sugestão de tratar de Amazônia no G7 (Ed. de 22 ago. 2019).
2. “A França é parte da Amazônia”, diz Macron à Folha (Ed. de 24 set. 2019).
3. França enfrenta obstáculos para preservar sua parte da Amazônia (Ed. de 29 ago. 2019).
4. Macron diz que queimadas na Amazônia geraram crise internacional e França oferece ajuda (Ed. de 22. ago. 2019).
5. Bolsonaro diz que aceita negociar R\$ 83 mi do G7 se Macron ‘retirar insultos’ (Ed. de 27 ago. 2019).
6. Brasil vai rejeitar ajuda para a Amazônia oferecida pelo G7 e anunciada por Macron (Ed. de 26 ago. 2019).
7. Trump oferece ajuda para conter queimadas no Brasil, e país costura também apoio israelense (Ed. de 23 ago. 2019).
8. Bolsonaro espera ajuda de Trump e telefonema de Merkel sobre Amazônia (Ed. de 30 ago. 2019).

Fonte: ESTADÃO. Discurso de Jair Bolsonaro na ONU. 24/09/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

Org.: As autoras.

Nesta parte do discurso, Bolsonaro inflama-se contra lideranças de outros países que se manifestaram e criticaram os focos de incêndio na Amazônia. Afirma que o Brasil sofreu ataques sensacionalistas por parte da mídia internacional e que, com essa situação, a soberania do país foi violada.

O principal alvo do discurso é o presidente da França, Emmanuel Macron, o qual afirmou que as queimadas na Amazônia ocasionaram uma crise internacional e sugeriu que esse assunto fosse tratado no encontro do G7 que acontece anualmente e reúne os sete países mais industrializados do mundo, o que não inclui o

Brasil. Esse fato não agradou Bolsonaro que a partir daí começou a atacar o Presidente francês, acusando-o de colonialismo. Vale destacar que a França possui uma parte na Amazônia, haja vista que a Guiana Francesa, departamento francês, ocupa uma pequena porção da região amazônica. Portanto, pode-se considerar legítima a preocupação do país com a preservação da floresta amazônica. Além disso, conforme pesquisa realizada pela Folha de São Paulo, a maioria dos brasileiros considera autêntico o interesse de estrangeiros na Amazônia, não condizendo com a afirmação de Bolsonaro de que o sentimento patriótico foi despertado diante das manifestações de outros países, pois a própria população brasileira se coloca contra as políticas ambientais adotadas pelo governo e as queimadas que assolam a Amazônia.

Ademais, em seu discurso, Bolsonaro fala que determinados países, referindo-se indiretamente a França, ao invés de ajudar diante da situação calamitosa da Amazônia, se portam de forma desrespeitosa. Entretanto, O G7, grupo do qual a França faz parte, ofereceu uma ajuda de R\$ 83 milhões para combater as queimadas, mas Bolsonaro disse que apenas aceitaria os recursos de o presidente francês se desculpasse pelos “insultos” que teria dirigido a sua pessoa. Ao fim, o auxílio do G7 acabou sendo recusado, em prejuízo da Amazônia. Essa atitude revela um posicionamento estritamente ideológico de Bolsonaro, posto que trata a ajuda francesa como “colonialismo”, mas o mesmo não o faz em relação a países como Estados Unidos e Israel, dos quais inclusive solicitou cooperação, conforme evidenciado nas manchetes acima. A relação do Governo Bolsonaro com Israel demonstra uma das características do neoconservadorismo: o sionismo, o apoio da direita cristã ao governo israelense.

Quadro 5 – Discurso de Bolsonaro na ONU sobre relação da questão ambiental e os povos indígenas e seus contrapontos nas manchetes da Folha de São Paulo no período de janeiro de 2019 a setembro de 2019

Fragmento do Discurso de Bolsonaro na ONU
1. Hoje, 14% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, mas é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós. Eles querem e merecem usufruir dos mesmos

direitos de que todos nós. Quero deixar claro: o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena, como alguns chefes de Estados gostariam que acontecesse. Existem, no Brasil, 225 povos indígenas, além de referências de 70 tribos vivendo em locais isolados. Cada povo ou tribo com seu cacique, sua cultura, suas tradições, seus costumes e principalmente sua forma de ver o mundo. A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia. Infelizmente, algumas pessoas, de dentro e de fora do Brasil, apoiadas em ONGs, teimam em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas. O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses. O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Yanomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros. E esses territórios são enormes. A reserva Yanomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km², o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área. Isso demonstra que os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas.

Manchetes da Folha de São Paulo

1. Bolsonaro retira da Funai a demarcação de terras indígenas (Ed. de 01 jan. 2019).
2. Indígenas pedem à PGR abertura de inquérito contra medida de Bolsonaro (Ed. de 03 jan. 2019).
3. Em carta a Bolsonaro, lideranças indígenas pedem diálogo e criticam medidas (Ed. de 04 jan. 2019).
4. Por unanimidade, STF derrota Bolsonaro e mantém demarcação indígena na Funai (Ed.
5. Raoni diz que Bolsonaro não tem 'coração bom' e

quer destruir indígenas (Ed. de 01 ago. 2019).

6. Em Cannes, cacique Raoni diz que pretende falar com Bolsonaro sobre Xingu (Ed. de 05 maio 2019)

7. Alvo de Bolsonaro, estatuto de terras indígenas foi criado pelo regime militar (Ed. de 19 abr. 2019).

8. 'Quem manda sou eu', diz Bolsonaro sobre criação de novas terras indígenas (Ed. de 20 jun. 2019).

9. Abandonados pelo governo federal, índios xikrin retomam área de grileiros no PA (Ed. de 26 ago. 2019).

10. Em meio à crise, Bolsonaro prioriza críticas a reservas indígenas em reunião com governadores da Amazônia (Ed. de 27 ago. 2019).

11. Invasões a terras indígenas disparam sob Bolsonaro, aponta conselho da CNBB (Ed. de 24 set. 2019).

12. Maioria dos brasileiros rejeita abrir mineração em terras indígenas (Ed. de 02 ago. 2019).

Fonte: ESTADÃO. *Discurso de Jair Bolsonaro na ONU. 24/09/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>. Acesso em: 10 set. 2019.*

Fonte: *Jornal Folha de São Paulo.*

Org.: *As autoras.*

Ponto que merece destaque na fala de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU é quando este aborda os indígenas. Como já mencionado anteriormente, a comitiva brasileira levou para o evento a indígena Ysani Kalapalo, como forma de mostrar ao mundo que as tribos estariam do lado do governo. Assim, Bolsonaro afirma que os próprios indígenas querem explorar a Amazônia e as suas terras, citando a mineração como exemplo e as reservas Raposa do Sol e Ianomâmi. O governante brasileiro, então, declara que o Cacique Raoni, uma das lideranças indígenas, é usado como massa de manobra por governos que possuem interesse nestas terras. Cacique Raoni Metuktire é um líder indígena do povo Caipó, conhecido e respeitado em todo o mundo devido a sua preocupação com o meio ambiente e o legado indígena. Cacique Raoni já esteve em encontros com líderes governamentais em busca de apoio a defesa da Amazônia, dentre eles o Papa Francisco e Emmanuel Macron, além de ser tema de documentário - exibido em Cannes em 1977 e indicado ao Oscar em 1979 (O QUE..., 2019). Pode-se constatar que o cacique é uma figura relevante no cenário e atuante há muitos anos nas causas ambientais e indígenas.

Como demonstram as manchetes elencadas, o líder não confia em Bolsonaro como um governante que realmente se preocupa com a visão indígena. De fato, as ações de Bolsonaro, na realidade, direcionam-se contra os índios. O Cacique é, portanto, um intelectual orgânico dos povos indígenas. Ele representa os interesses destes povos, historicamente subalternizados pelas classes dominantes no Brasil. Bolsonaro empreende energias para desconsiderar a representação política dos povos indígenas brasileiros no cenário internacional. Uma das primeiras ações do governo Bolsonaro foi transferir da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da agricultura a competência de demarcação de terras indígenas. Felizmente a situação foi revertida pelo Supremo Tribunal Federal. Ademais, Bolsonaro mostra-se contrário às reservas indígenas, sendo que de acordo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as invasões às terras indígenas aumentaram neste governo. Desse modo, a questão indígena também é marca do bloco histórico regressivo no qual se insere o Brasil atualmente, pois muitos direitos e garantias dos índios estão sendo atacados.

Nesse cenário, muitos dos índios se posicionaram contra as medidas de Bolsonaro, sendo questionável o fato de ter levado uma indígena ao evento da ONU para dizer que os índios lhe apoiam. Ainda nem mesmo a população brasileira concorda com a mineração em terras indígenas defendida por Bolsonaro, como aponta a pesquisa da Folha de S. Paulo.

Portanto, no contexto do bloco histórico regressivo instaurado pelo Governo Bolsonaro, especialmente no que se refere à questão ambiental aqui abordada, verifica-se que a Folha de São Paulo, enquanto campo da mídia, e assim também como um aparelho privado de hegemonia no âmbito da superestrutura, tem desempenhado uma importante função como intelectual atuante na correlação de forças estabelecidas, contribuindo de forma decisiva para deflagrar elementos da realidade que, de forma insistente e sistemática, Bolsonaro tentou mistificar em seu discurso, conforme analisado neste artigo. Isso porque, pela análise de suas manchetes verifica-se contrapontos ao discurso de Bolsonaro, evidenciando que este não encontra correspondência nas ações concretas do Governo.

4. Considerações Finais

O Bloco histórico, unidade orgânica da estrutura e das superestruturas, pode apresentar uma postura progressiva ou regressiva, de acordo com a direção que assume o movimento de revolução passiva, caracterizada por ser realizada pelo alto, ou seja, pelas classes superiores. Conforme evidenciado, o Brasil vivencia um bloco histórico regressivo com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, o qual possui como agenda o neoconservadorismo, conduzindo o governo de forma autoritária, centralizada e com apoio do aparato militar.

No presente artigo, destacou-se a regressão do governo no que tange a questão ambiental, pois há um alinhamento superestrutural de Bolsonaro às forças advindas do agronegócio e de interesses capitalistas em detrimento da preservação do meio ambiente. Conforme demonstrado, o discurso de Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral da ONU é totalmente contrário às suas ações da prática, de modo que apenas tentou, sem sucesso, mistificar a direção regressiva do Governo Federal. Com efeito, diferentemente do que afirmou em sua fala, Bolsonaro não está preocupado com pauta ambiental, na medida em que enfraqueceu o Ministério do Meio Ambiente, nomeou para cargos ambientais pessoas ligadas ao agronegócio, insinuou revisar áreas de preservação, flexibilizou multas e fiscalização, atacou pessoas e países que se colocaram contra sua política ambiental, defendeu a exploração de terras indígenas e, ainda, foi capaz de minar recursos destinados a proteção do meio ambiente, como foi o caso do Fundo Amazônia, bem como, por questões ideológicas, negou ajuda de determinados países para combater as queimadas e o desmatamento na região amazônica, dentre outros de seus atos regressivos. Observa-se, com isso, que o atual governo prioriza questões da bancada ruralista, favorecendo o neoliberalismo e os interesses do capital em detrimento das causas ambientais.

No contexto desse bloco histórico regressivo, verificou-se também que a mídia, com destaque para a Folha de S. Paulo, atua como um aparelho privado de hegemonia, nos termos gramscianos, e como intelectual no seio das correlações de forças políticas, fazendo seu papel de contrapor-se aos discursos falaciosos de Bolsonaro, colaborando no enfrentamento da pequena política

bolsonarista, que reflete-se de modo substancial na questão do meio ambiente.

Referências bibliográficas

Amaral, A. C. (2019), *Bolsonaro concorda com atitude que gerou minha condenação, diz Ricardo Salles*, in “Folha de S. Paulo”, São Paulo, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/2019/01/16/bolsonaro-concorda-com-atitude-que-gerou-minha-condenacao-diz-ricardo-salles/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Antes referência (2019), *Brasil tem discurso vetado em cúpula do clima da ONU por “falta de ambição”* in “Fórum”, 18 set. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/antes-referencia-brasil-tem-discurso-vetado-em-cupula-do-clima-da-onu-por-falta-de-ambicao/>. Acesso em 18 nov. 2019.

Arini, J. (2019), *Índios lamentam fim de brigadas de incêndio em aldeia em Mato Grosso*, in “Folha de S. Paulo”, São Paulo, 03 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/indios-lamentam-fim-de-brigadas-de-incendio-em-aldeia-em-mato-grosso.shtml>. Acesso em 29 nov. 2019.

Barbosa, V. (2018), *Quem é Ricardo Salles, novo ministro do Meio Ambiente*, in “Exame”, São Paulo, 09 dez. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-e-ricardo-salles-novo-ministro-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Coutinho, C. N. (2011), *De Rosseau a Gramsci: ensaios de teoria política*, São Paulo: Boitempo.

_____ (1992), *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro: Campus.

Flach, A. C. (2018), *O processo democrático no município de Ponta Grossa: uma análise sobre a produção legislativa e a participação da sociedade civil (2013-2016)*, [Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas)], Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

Gramsci, A. (1975), *Quaderni del Carcere*, V. Gerratana (org.), Torino: Einaudi.

_____ (1978), *Obra Escolhidas*, São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1982), *Os intelectuais e a organização da cultura*, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1999), *Cadernos do Cárcere*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (2007), *Cadernos do Cárcere*, Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Guerra, G. Pontes Bueno (2019), *Ministério do Meio Ambiente em 2019: retrospectiva do primeiro semestre* in “Politize”, 03 out. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ministerio-do-meio-ambiente-em-2019/>. Acesso em 16 nov. 2019.

José, E. *Governo mambembe, militares no comando, mídias divididas: um país em busca da hegemonia perdida* (2019) in Azevedo, J. S. Gabrielli de; & Pochmann, M. (orgs.) (2019), *Brasil: incertezas e submissão?*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 45-61.

Lacerda, M. B. (2019) *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*, Porto Alegre, RS: Zouk.

Leite, A. Z.; Tubino, N. L. Godoy; Sauer, S. (2019) *Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro*, in Azevedo, J. S. Gabrielli de & Pochmann, M. (orgs.) (2019), *Brasil: incertezas e submissão?*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 171-89.

Marx, K. (2006), *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Centauro.

Mascaro, A. L. (2019) *Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro* in *Dossiê: Governo Bolsonaro*, “Margem Esquerda - revista Boitempo”, 32, p. 44-55.

Mattoso, C. & Bragon, R (2019), *Bolsonaro amplia presença de militares em 30 órgãos federais*, “Folha de S. Paulo”, São Paulo, 14 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-amplia-presenca-de-militares-em-30-orgaos-federais.shtml>. Acesso em 28 nov. 2019.

O Globo (2019), *Para ambientalistas, ausência de discurso do Brasil na Cúpula do Clima é “constrangedora”*, 19 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/para-ambientalistas-ausencia-de-discurso-do-brasil-na-cupula-do-clima-constrangedora-23959944>. Acesso em: 15 nov. 2019.

O Que pensa o Cacique Raoni, citado por Bolsonaro no discurso da ONU, in “G1”, 24 set. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/24/o-que-pensa-o-cacique-raoni-citado-por-bolsonaro-no-discurso-da-onu.ghtml>. Acesso em 18 nov. 2019.

Organização das Nações Unidas (2019a), *A emergência climática é uma ameaça à paz, afirma Guterres*, Disponível em: <https://nacoesunidas.org/a-emergencia-climatica-e-uma-ameaca-a-paz-afirma-guterres/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____ (2019b) *ONU apresenta calendário de eventos globais sobre mudanças climáticas*, Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-apresenta-calendario-de-eventos-globais-sobre-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Portelli, H. *Gramsci e o bloco histórico* 6. ed. (1997) Tradução de Angelina Peralva, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Relembre série de ataques de Bolsonaro à Folha desde a campanha eleitoral de 2018, “Folha de S. Paulo”, São Paulo, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/relembre-serie-de-ataques-de-bolsonaro-a-folha-desde-a-campanha-eleitoral-de-2018.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2019.

Schlesener, A. H. (2007) *Hegemonia e cultura: Gramsci*, 3. ed. Curitiba: UFPR.

Semeraro, G. (1999), *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*, 2. ed. Petrópolis: RJ: Vozes.

Silva, S. Carneiro e (2017). *O conceito de revolução passiva e a sua atualidade para a análise do Brasil: retratos de cenário recente de restauração da ordem burguesa no país*, in XXXI Congresso ALAS Uruguai (2017): *Las incrucijadas abiertas de America Latina – la Sociologia em tiempos de cambio*, Montevideo.

Silva, S. Carneiro (2018), *Continuidades e rupturas da correlação de forças políticas democráticas no Brasil recente: uma análise a partir do conceito gramsciano de revolução passiva*, 56º Congresso de Americanistas. Salamanca, Espanha, 2018.

Simionatto, I. (1997) *O social e o político no pensamento de Gramsci*. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Trigueiro, A. (2019), *15 pontos para entender os rumos da desastrosa política ambiental no Governo Bolsonaro*, G1, 03 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/03/15-pontos-para-entender-os-rumos-da->

desastrosa-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2019.

Tuffani, M. (2019), *Bolsonaro sempre sinalizou que afrouxaria preservação ambiental* in “Folha de S. Paulo”, São Paulo, 01 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/bolsonaro-sempre-sinalizou-que-afrouxaria-preservacao-ambiental.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Vianna, L. W. (1998), *Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira* in Aggio, A. (org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 185-201.